

# Carismas e Inovação social. Mercado e gratuidade dos dons artísticos nas Elites do Porto Oitocentista

---

*Henrique Luís Gomes de Araújo*

**Resumo:** Esta comunicação parte da questão metodológica da investigação do economista Luigino Bruni (2010): “Será possível manter a gratuidade juntamente com os incentivos e as dinâmicas do mercado e da empresa?” a que ele responde: “Penso que o grande desafio de toda a convivência humana é não sair do território da gratuidade, (...) sem contudo cair na armadilha da nostalgia do mundo pré-moderno, ou do comunitarismo pós-moderno (p.191)”. Esta questão é discutida com referência analógica aos contextos fundacionais de uma sociedade comercial de vinhos do Porto e de uma sociedade de concertos orfeónicos na segunda metade de oitocentos. A hipótese de interpretação que é formulada é a de a inovação social que ambas significaram à época, em muito se ter ficado a dever ao carisma dos seus principais fundadores.

**Palavras-chave:** carisma, inovação, mercado, gratuidade, elite.

## I – O Problema

Por que processos os carismas – e nomeadamente os dons artísticos – podem dar origem, em certos contextos histórico – culturais – marcados pelo sofrimento e a injustiça –, a formas de inovação social?

Esta questão remete para uma outra: “Será possível manter a gratuidade juntamente com os incentivos e as dinâmicas do mercado e da empresa? (Bruni: 191).

Como este autor sublinha, o desenvolvimento do mercado trouxe o da sociedade moderna, já não baseada em dádivas e sacrifícios, mas sobretudo, em contratos e convenções.

O que é relevante para a problemática em estudo, é que o mercado foi tendencialmente encarnando os princípios da igualdade e da liberdade, com exclusão do da fraternidade. Difícil é para nós hoje compreendermos toda a amplitude e profundidade do significado cultural desta lenta revolução que o mercado foi introduzindo na Europa, a partir dos finais do século XI. Tratou-se, na realidade, de salvar as relações interpessoais e personalizadas

dos efeitos de poderes, umas vezes despóticos e discricionários e dadivosos, outras, formalizando-as em vantagens contratuais justas, anónimas e recíprocas.

Justamente, Paul Ricoeur em *Amour et Justice* distingue bem o “eu dou-te para que me dê” do “eu dou-te porque tu me deste”. Em qualquer destas duas formas da regra da justiça há uma lógica da equivalência que se revela, marcada pela reciprocidade.

Ora, o mandamento do amor cristão “(...) amai os vossos inimigos, fazei o bem sem nada esperar em troca” expressa uma outra lógica – a da gratuidade do amor. Diga-se, de passagem que a *agapé* (o amor na sua gratuidade) é a terceira vertente do amor humano que o cristianismo veio acrescentar (sem, na realidade, se opôr) ao *eros* e à *philia* dos gregos (Bento XVI: 11).

Mas na medida em que o amor é supra-moral, ele só entra na esfera prática e ética através da justiça: “(...) la justice (est) le médium nécessaire de l’amour” (Ricoeur: 41). Como ele diz: “A mesma regra (da justiça) parece susceptível de duas leituras, de duas interpretações, uma interessada, a outra desinteressada. Só o mandamento (do amor) pode decidir em favor da segunda, contra a primeira” (Ricoeur: 39). É este que vai evitar que a justiça caia no efeito perverso da máxima utilitária: “eu dou para que tu me dê”.

Há assim uma tensão entre as lógicas da equivalência e da gratuidade que não suprime o contraste entre elas. Na primeira há lugar para a tragédia, enquanto que na segunda, é a felicidade, a vida feliz e boa que se procura, pois as afinidades interpessoais genuínas que a entretecem, os “bens relacionais” (Bruni) são importantes para a felicidade.

Ora, no estudo *World Values Survey’s dataset*: com 264 000 observações, em 80 países e durante o período de 1980-2003: Bruni e Stanca (2008) mostraram que há uma correlação muito forte entre o tempo dedicado às actividades relacionais (tempo dispendido com amigos, parentes ou voluntariado) e a auto-avaliação positiva da satisfação da vida (bem-estar ou felicidade).

Em síntese, a economia de mercado procura substituir:

- 1.º – as relações humanas por tecnologia e por contratos, e as dádivas por preços.
- 2.º – os “bens relacionais” (amizade, família, cidadania) por bens de conforto (ex. a TV, a Internet).

Qual o sentido desta lógica de substituição? Os “bens relacionais”, as interacções que eles implicam, se representam ganhos em termos convivenciais, correspondem, no entanto, a perdas em estritos termos económicos.

O que são, então, os “bens relacionais”? São bens que resultam da gratuidade e da reciprocidade de actividades não instrumentais, mas antes, intrinsecamente motivadas: a amizade, o cuidado familiar, o compromisso cívico voluntário.

As suas propriedades essenciais são:

- 1.<sup>a</sup> a identidade;
- 2.<sup>a</sup> a reciprocidade;
- 3.<sup>a</sup> a simultaneidade;
- 4.<sup>a</sup> a motivação;
- 5.<sup>a</sup> a emergência;
- 6.<sup>a</sup> a gratuidade;
- 7.<sup>a</sup> o serem bens (e não mercadorias).

A primeira significa que a identidade das pessoas envolvidas é essencial à produção e consumo desses bens. A segunda, conceito – chave da Antropologia, traduz que a sua constituição só se pode verificar em relacionamentos partilhados na troca mútua. A terceira significa que estes bens, “ao contrário dos bens de mercado, tanto privados como públicos, onde a produção é técnica e logicamente distinta do consumo, produzem-se e consomem-se simultaneamente” (Bruni). A quarta simboliza que o relacionamento é um fim em si mesmo e não um meio instrumental para obter um fim (um “negócio”). A quinta significa que o bem surge dentro do relacionamento. A sexta é a característica síntese dos bens relacionais, na medida em que estes são genuinamente como tais se não forem “usados” instrumentalmente. Por fim, a sétima é também sintética para enfatizar que o bem é um substantivo que é um bem e não uma mercadoria, isto é, que tem um valor, mas não um preço.

Ora, a economia experimental e a economia comportamental tem vindo a introduzir categorias como a “sinceridade”, a “genuinidade” em procedimentos não instrumentais (a confiança, as reciprocidades, o voluntariado) que afectam a motivação e os interesses económicos dos sujeitos.

Há, assim:

- 1.º – que repensar a racionalidade económica e o modelo antropológico (cartesiano) de desenvolvimento humano que nela está implicado, no sentido de nela integrar uma outra concepção das complexas relações entre a razão e os afectos e as emoções e
- 2.º – que rever profundamente o modelo de desenvolvimento global que integre a fraternidade, a par da igualdade e da liberdade (Bruni).

## II – O Estado da Arte

O problema inicialmente enunciado é agora discutido, do **ponto de vista teórico**, a partir de uma revisão bibliográfica do conceito de **carisma** – tópico escolhido para esta pesquisa.

O termo carisma provém do gr. *kharisma* que denomina um dom da graça (gr. *kharis*, alegria) divina que o *khairós* (o “tempo da alegria”) súbita e inesperadamente manifesta quando o movimento que a figura carismática lidera, estabelece uma ruptura com situações de sofrimento, aflição e injustiça.

Como dizia Max Weber, os carismas têm missões divinas, e a sua legitimidade advém da força pessoal de quem os transporta e que está sendo constantemente submetida à prova.

Como ele repetia e bem, o líder carismático: *gains and retains (his authority) solely by proving his power in practice. (...) Most of all, his divine mission must prove itself by bringing well-being to his faithful followers (Weber : 1114)*. Podemos assim dizer que o líder carismático e os seus seguidores criam, à sua volta, “bens relacionais” (L. Bruni), já acima referenciados.

Com efeito, o portador do carisma goza de **autoridade** junto dos seus seguidores e, em consequência, da **confiança** destes em virtude da missão que acreditam estar incorporada nele.

Neste sentido, *“charismatic domination is also the opposite of bureaucracy in regard to its economic substructure. Bureaucracy depends on continuous income (...), but charisma lives in, not off, this world.” (Weber: 1113)*. Como ele dizia: *As a rule, charisma is a highly individual quality. This implies that the mission and the power of its bearer is qualitatively delimited from within, not by an external order (Weber: 1113)*.

O poder revolucionário do carisma, manifesta-se assim “por dentro”, a partir de uma metanoia central das atitudes dos seus seguidores, enquanto que uma organização racional revoluciona a partir de “fora” (Weber: 1117). Como dizia Max Weber: *In this purely empirical and value-free sense charisma is indeed the specifically creative revolutionary force of history (Weber:1117)*. E adverte que embora a sua missão não seja necessariamente e sempre revolucionária, ela inverte, na maioria das formas carismáticas, todos os valores hierárquicos e derruba costumes, leis e tradições.

Deste modo, a questão que neste *hic et nunc* parece querer emergir é a de o movimento carismático poder ser considerado, em certa medida, como um movimento romântico.

### III – A Hipótese

A hipótese de partida é a de os sujeitos que encarnam **carismas** e, em especial **dons artísticos**, criarem instituições e actividades inovadoras de “**bens relacionais**”, através da formação de movimentos de **autoridade** daqueles junto de discípulos e seguidores e da **confiança** destes na missão que acreditam estar encarnada naquelas figuras carismáticas.

As **variáveis** cujas relações nesta investigação se pretenderam equacionar foram:

1. – carisma / dom artístico (cd);
2. – autoridade / confiança(ac);
3. – movimento carismático / instituição (mi);
4. – “bem relacional” / “mal relacional”(bm);
5. – voluntariado / empregabilidade (ve).

O que é que de positivo podemos dizer sobre carismas, dons, autoridade e confiança, se não os podemos sensorialmente observar, registar, medir e comparar? Imediatamente, nada.

O que é equacionável é, do ponto de vista científico – artístico, o acesso cognitivo ao 1º e 2º pares de variáveis invisíveis {(cd), (ac)}, através da observação, registo, medição e comparação dos 3º, 4º e 5º pares de variáveis visíveis {(mi), (bm), (ve)}, ou seja: {(mi),(bm),(ve)} f {(cd),(ac)}.

### IV – A Metodologia

Assim, o problema acima enunciado é agora equacionado, do **ponto de vista prático**, com referência comparativa e analógica – própria da Antropologia -, aos contextos fundacionais de uma sociedade comercial de vinhos do Porto e de uma sociedade de concertos orfeónicos na segunda metade do Porto de oitocentos.

As sociedades “comerciais” (caso da *Sociedade Agrícola e Commercial dos Vinhos do Porto (1898-1987)*, que o desenvolvimento do mercado cria, estão libertas das relações assimétricas e hierárquicas da pré-modernidade e organizadas agora em relações económicas impessoais e anónimas que procuram garantir com justiça, a igualdade e a liberdade de todos os agentes económicos nelas envolvidos (Gomes de Araújo: 2001).

Comparativamente com estas empresas e com as suas relações económicas impessoais e anónimas, sociedades musicais como o *Orpheon Portuense*

(1881-2008), foram organizadas segundo relações personalizadas, baseadas em vínculos fortes e criativos que lembram as das “comunidades carismáticas”.

E se em ambas se verificou um crescente predomínio do mercado, tal não excluiu a existência em ambas, de actividades não instrumentais, mas antes, intrinsecamente motivadas de que resultaram “bens relacionais”.

Na verdade, quer o **vinho** quer a **música**, além do seu valor económico e estético, concitam em torno de cada um deles actividades identitárias, gratuitas, recíprocas e intrinsecamente motivadas que, podem ser considerados “bens (e não mercadorias) relacionais” (L. Bruni).

Ambas resultaram da acção de duas personalidades carismáticas dos meios empresarial e artístico do Porto e do Norte: D. Antónia Adelaide Ferreira (1811-1896) e Bernardo Valentim Moreira de Sá (1853-1924).



Embora se trate de duas instituições diferentes, uma agrícola e comercial, e outra musical, foram ambas criadas na cidade do Porto, nas duas últimas décadas de oitocentos.

Em ambos os casos, a **inovação social** que as instituições fundadas representam, resulta de movimentos de **confiança** dos seguidores da acção e da palavra de duas personalidades que, pela sua **autoridade**, se revelaram dotadas de **carisma**.

“Comunidades carismáticas” como o *Orpheon Portuense* em certa medida foi, são casos paradigmáticos como a dádiva, o mercado e a gratuidade dos dons artísticos e cívicos podem criar inovação social e institucional e desenvolvimento humano.

Daí que a resposta à questão inicial: “Será possível manter a gratuidade juntamente com os incentivos e as dinâmicas do mercado e da empresa?” (Bruni: 191), pareça ser positiva.

## V – Dois Estudos de Caso

Os percursos biográficos daquelas duas figuras carismáticas, estão bem documentadas em duas obras: Pereira, Gaspar M. e Olazabal, Maria Luísa Nicolau de Almeida 1996 *Dona Antónia* Porto: Edições ASA e Sá e Guerra, Rui Moreira de 1997 *Bernardo Valentim Moreira de Sá*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida, respectivamente.

O texto antropológico que aqui apresento respeita nestas obras, a idoneidade das fontes históricas e o rigor do seu tratamento. Mas tem a pretensão de apresentar uma interpretação própria desses percursos e da inovação económico-social e artística a que eles deram origem.

Para tal, como acima referi, citando Max Weber, os carismas têm missões divinas e a sua legitimidade advêm da força pessoal de quem os transporta e que está sendo constantemente submetida à prova. E por isso, remetendo sempre o leitor para os contextos históricos daquelas duas obras, concentro-me aqui em provas de vida, devidamente datadas, a que a força de cada uma daquelas figuras carismáticas foi submetida.

Relativamente a D. Antónia Adelaide Ferreira, desejo sublinhar:

- 1.º – A recusa de vir para a casa da Rua do Vilar, residência no Porto do seu marido e primo, António Bernardo Ferreira, nos anos 40.
- 2.º – O fechar a Casa de Vilar, após a morte dele em 1845, reunindo o Conselho de Família e ficando cabeça de casal, pagando as dívidas daquele.
- 3.º – A atitude perante a tentativa de rapto de sua filha Maria da Assunção, a mando do Duque de Palmela, nos anos 50, com a consequente fuga para Londres.
- 4.º – O casamento com Francisco Torres, o regresso a Portugal e a assunção da direcção da empresa, em 1856.
- 5.º – A atitude perante a crise filoxérica, nos anos 60 e a construção de quilómetros de estradas, do Hospital da Régua, das Caldas de Moledo, etc.

- 6.º – A replantação pós-filoxérica do vinhedo regional, a fundação da Quinta do Vale do Meão e a atitude perante os exportadores na “Questão do Douro” nos anos 80, depois da morte do 2º marido, Francisco Torres.
- 7.º – A atitude perante o destino da Casa Ferreira: a criação da *Sociedade Agrícola e Commercial dos Vinhos do Porto* (1898) através da acção, entre outros, do Conselheiro Wenceslau de Lima, genro de sua neta, D. Antónia Adelaide Ferreira.

Como testemunhos destas provas de vida, transcrevo, entre muitos outros, o de D. Luís de Castro: *“Foi D. Antónia quem adquiriu essas vagas quintas e largas charnecas incultas, quem edificou os seus edifícios, as suas oficinas modelares, quem mandou plantar a vinha, o olival e as laranjeiras; quem gastou centenas de contos ea fundar a mais centenas a replantar depois da invasão filoxérica; quem pagou a construção de quilómetros de estrada; quem formou essa exploração agrícola que chega, por vezes, a ter em trabalho mil operários, e era ela ainda quem, nos últimos anos da sua longa, benemérita vida, velhinha mas vivíssima, percorria todas as suas quintas, fiscalizando e dirigindo...”* (1906: 235).

Relativamente a Bernardo Moreira de Sá, desejo sublinhar as seguintes provas de vida:

- 1.º – A criação da *Sociedade de Concertos*, em 1874
- 2.º – A fundação do *Orpheon Portuense*, sociedade de instrução musical composta exclusivamente por amadores e sócios honorários, em 1881.
- 3.º – A criação da Sociedade de Música de Câmara, em 1883
- 4.º – A criação do Quarteto Moreira de Sá, em 1884
- 5.º – A fundação do Conservatório de Música do Porto, em 1917.

Como testemunhos destas provas de vida, transcrevo, entre muitos outros, dois, de Mestre Vianna da Mota:

*“Com a sua universal cultura e o seu extraordinário método de trabalho, organizou para essa sua querida escola (o Conservatório de Música do Porto) um programa de estudos tão judicioso que, tendo eu que reformar os programas do Conservatório de Lisboa em 1919, me bastou cingir-me ao plano por ele delineado”* (1947: 13).

*“Mesmo na organização da Sociedade de Concertos de Lisboa, por mim fundada em 1917, pois foi o seu querido discípulo e amigo Alberto Leão, que compôs os estatutos, seguindo o modelo do Orpheon Portuense”* (1947: 15).

... e este outro, de Joaquim Freitas Gonçalves:

*“(...) De idade avançada já e morando longe, era dos primeiros a chegar a tomar o seu posto (no Conservatório). Da sua assiduidade falam os documentos. Manhãs ásperas de inverno não o atemorizavam nem impediam de, pontualmente, às nove horas, assumir os deveres do seu cargo, ele, já alquebrado de anos e de doença” (1947: 104)*

## VI – O Tempo do Voluntariado

Neste Ano Internacional do Voluntariado (2011), há que incluir aqui este tema pelo facto de a fundação do *Orpheon Portuense* se ter ficado a dever ao voluntariado artístico e cívico das elites do Porto do fim do século XIX.

Mas, também ainda, as acções do voluntariado são centrais aqui, na medida em que as organizações que na sua história as promovem, como esta sociedade de concertos, serem criadoras de “bens relacionais”, atrás caracterizados.

A Lei nº 71 / 98 de 3 de Novembro que, em Portugal, define as Bases de Enquadramento Jurídico do Voluntariado é um exemplo paradigmático como acções emergentes de dinâmicas sociocomunitárias, são objecto de regulação de controlo político-jurídico. A referência aqui ao seu articulado, pode introduzir uma dimensão comparativa no tempo que é uma das duas formas de utilização do método comparado da Antropologia.

O que certamente havia no período da fundação do *Orpheon Portuense* e seguintes, era a auto – regulação sócio-comunitária (Azevedo: 22) de uma certa “comunidade carismática” cujos membros fundadores voluntaria e gratuitamente davam o seu tempo “livre”- e dando-o, davam-se ao desenvolvimento humano da sociedade portuense do seu tempo.

Lembremos que as três noções de tempo no Novo Testamento são: o *aiôn* (o tempo-duração); o *khronos* (o tempo-sucessão) e o *khairos* (o tempo-qualificado).

O “tempo livre”, o *khronos* do voluntário, pode ser o tempo da gratuidade genuína, da felicidade – que o “tempo da alegria” (o *khairos*) permite -, na ruptura que a figura carismática introduz, com as situações e contextos de aflição, sofrimento e injustiça.

Ou seja: o “tempo livre” do voluntário revela uma gratuidade do tempo, orientado tão só pelo valor cívico da justiça.

Como acontece essa mudança do tempo do contrato para o tempo da gratuidade? Quando no *khronos* do voluntário acontece o *khairos* (aquilo que dá alegria) do (e no) presente (no seu duplo sentido verbal e substantivo) do dom, da dádiva do amor divino pelo ser humano.

Então, os instantes em que acontece a dádiva genuína do voluntário, são os presentes do amor divino recebidos pela figura carismática em quem ele confia e de quem é seguidor.

Um voluntário é-o e sempre que vai criando nele a disponibilidade para a escuta do presente (naquele seu duplo sentido) gratuito do tempo eterno em cada instante do seu “tempo livre”.

Como tal, o que o distingue é a escuta da intimidade da “ressonância” (Ingold:199) convergente, tensional e simultânea da linguagem emocional do seu corpo e das suas comunidades de pertença, por um lado e da linguagem cósmica, por outro.

Na verdade, nesta ressonância, dois tempos se encontram em tensão: o “vivido” e o “cósmico” (Ladrière: 293-329). Não é esta tensão que abre a música para o mistério (Gil: 22)? Não é nela que “ouvimos o indizível de nós e do mundo” (Lourenço: 191-193)? Não nos oferece ela “uma ordem entre nós e o tempo” (Emery: 6), esse tempo “que nos destroi e nos inventa” (Lourenço: idem)?

A hipótese que neste *hic et nunc* formulo é a de o poder criativo dos artistas e a construção da sua identidade carismática – com base nos seus dons artísticos –, residirem num tempo eterno (fora do tempo “vivido” e cósmico) que se torna presente (naquele seu duplo sentido) na gratuidade de cada instante da escuta e da invenção desse tempo.

Em síntese: entre os fundadores do *Orpheon Portuense*, revelaram-se carismas cívicos e artísticos que permitiram inovação institucional e artística no panorama musical do Porto dos finais do século XIX e princípios do de XX.

## VII – A Conclusão

O que, em sentido mais geral, fica em aberto é o sentido do *khairos*, desse tempo inesperado de alegria que acontece quando figuras carismáticas criam movimentos de ruptura com contextos de sofrimento e de injustiça, dando assim corpo à fundação de instituições inovadoras, criadoras de “bens relacionais” capazes de introduzir novas e mais adequadas formas de regulação no desenvolvimento humano, bio – psico – sócio – cultural – espiritual e religioso.

## Principais Fontes

- Azevedo, Joaquim 2009 “A Educação de Todos e ao Longo de Toda a Vida e a Regulação Socio-Comunitária da Educação” in *Cadernos de Pedagogia Social*, 3, ano III, Universidade Católica Portuguesa.
- Barreto, António 1993 Douro, Lisboa: Edições INAPA
- Bento XVI 2006 Carta Encíclica “Deus é Amor”, Paulinas Editoras
- Bruni, Luigino (2007) 2010 *A Ferida do Outro. Economia e Relações Humanas*, Editora Cidade Nova.
- Castelo-Branco, Salwa (Dir.) 2010 *Enciclopédia dos Músicos em Portugal no Século XX* Lisboa: Circulo de Leitores / Temas e Debates.
- Castro, D. Luís de Castro in *Ilustração Portuguesa*, 1906, IIª série.
- Emery, Enrique, 1998 *Temps et Musique*, Lausanne: Ed. L’Age d’ Homme.
- Gil, Fernando: “Alguns Exemplos”, *A 4 Mãos. Schumann, Eichendorff e Outras Notas* (Ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda: Lisboa, 2005).
- Gomes de Araújo, Henrique L. 1998 *Ética, Economia e Educação. Ensaio sobre o Vinho do Porto* (Pref. Raul Iturra).Porto: Fundação Eng. António de Almeida
- 2001 *A Casa Ferreira. A Construção Antropológica do Sucessor*. (pref. 20 António Barreto), Quetzal Editores, tese de PhD).
- 2003 “Bernardo Moreira de Sá” in *Dicionário de Educadores Portugueses* (dir. António Nóvoa) Porto: Edições ASA;
- 2004 “A Problemática do Sucessor no Contexto do Negócio do Vinho do Porto” in *et al. Pluralidades Portuenses*, Porto: Civilização Editora.
- 2006 “A Lição de Bernardo Moreira de Sá” in *Nascimento, Sofrimento, Amor e Morte*, Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia;
- Ingold, Tim 2000 *The perception of the Environment*, New York, Routledge
- Ladrière, Jean: “Approche Philosophique du Concept de Temps – Le Temps Cosmique et le Temps Vécu”, *Temps et Devenir* (Presses Universitaires de Louvain-la-Neuve: Louvain-la-Neuve, 1984).
- Lourenço, Eduardo: “Da Música”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 46, 2007.
- Nery, Rui Vieira e Castro, Paulo Ferreira de 1991 *História da Música*. Lisboa: INCM
- Pereira, Gaspar M. e Olazabal, Maria L. N. de Ameida 1996 *Dona Antónia* Porto: 21 Edições ASA.
- Ricoeur, Paul 2008 *Amour et Justice*, Paris: Éditions Points
- Sá e Guerra, Rui Moreira de 1997 *Bernardo Valentim Moreira de Sá*, Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- Vários, 1947 *In Memoriam*, Porto: Livraria Tavares Martins
- Weber, Max (+- 1920) 1978 *Economy and Society* Berkeley-Los Angeles-London: University of California Press

